

REVISTA
SABERES
DA AMAZÔNIA
CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 4 | N. 9

Julho-Dezembro 2019 | ISSN: 2448-0576

O DIREITO CONSTITUCIONAL SUBJETIVO À EDUCAÇÃO BÁSICA: Contextos, Resistências, Arranjos Familiares e o Êxodo da População da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto – Rondônia

THE SUBJECTIVE CONSTITUTIONAL RIGHT TO BASIC EDUCATION: Contexts, Resistances, Family Arrangements and the Exodus of the Population of the Extractive Reserve Rio Ouro Preto - Rondônia

Eva da Silva Alves ¹

Marco Antônio Domingues Teixeira ²

Renato Fernandes Caetano ³

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa científica realizada, no período de 2017 a 2018, na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, localizada em terras dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, em Rondônia. A partir da hipótese de que as condições de acesso à Educação Básica dentro da Reserva têm causado a diminuição da população do local, a pesquisa objetivou investigar se o direito constitucional subjetivo à Educação Básica é garantido aos moradores e se sua ausência influencia no êxodo da população da Reserva. Além do referencial teórico-metodológico que embasa a pesquisa, foram realizadas entrevistas com os moradores. Os resultados evidenciaram que o processo de escolarização dentro da Reserva é deficitário e a falta de escolas obriga os moradores a fazerem arranjos familiares, como a moradia dupla, o deslocamento diário das crianças até a cidade, a mudança da família e a mudança apenas da criança para a cidade de Guajará-Mirim, com o objetivo de garantir aos filhos o acesso e a permanência na escola. Concluiu-se que nenhum dos arranjos é viável, pois na maioria das vezes as crianças e as famílias ficam expostas à violência, confrontos culturais, preconceitos, problemas econômicos e têm seus direitos negligenciados pelo Estado.

Palavras-chave: Educação Básica. Direito Público Subjetivo à Educação. Populações Tradicionais. RESEX Rio Ouro Preto.

Abstract

This article is the result of a scientific research carried out, in the period from 2017 to 2018, in the Extractive Reserve Rio Ouro Preto, located in lands of the municipalities of Guajará-Mirim and Nova Mamoré, in Rondônia. Based on the hypothesis that the

¹ Doutoranda em Educação pelo DINTER Universidade do Vali do Itajaí (UNIVALI) e Faculdade Católica de Rondônia (FCR); Mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus de Porto Velho/RO

² Doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

³ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (02/2016-Atual), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia.

conditions of access to Basic Education within the Reserve have caused the local population to decrease, the research aimed to investigate whether the subjective constitutional right to Basic Education is guaranteed to residents and if its absence influences the population exodus of the Reserve. In addition to the theoretical and methodological framework that underlies the research, interviews were conducted with residents. The results showed that the schooling process within the Reserve is deficient and the lack of schools forces residents to make family arrangements, such as double housing, the daily displacement of children to the city, the change of family and the change of only the child to the city of Guajará-Mirim, with the objective of guaranteeing children access and permanence in school. It was concluded that none of the arrangements is feasible, since in most cases children and families are exposed to violence, cultural confrontations, prejudices, economic problems and their rights are neglected by the State.

Keywords: Basic Education. Subjective Public Right to Education. Traditional populations. RESEX Rio Ouro Preto.

1 Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa científica realizada na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (RESEX Rio Ouro Preto), no período de 2017 a 2018⁴⁴. Ainda no século XIX, a região já abrigava trabalhadores que praticavam a atividade de extração do látex. No entanto, somente a partir da década de 1940 o lugar foi transformado em seringal e, posteriormente, no início da década de 1990, foi transformado em Reserva Extrativista.

A RESEX Rio Ouro Preto está localizada em uma área que abrange os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no estado de Rondônia. Ela tem característica geográfica peculiar, visto que uma grande extensão de terra é banhada pelas águas do Rio Ouro Preto, enquanto que uma outra parte fica distante do Rio. Além disso, alguns moradores mantêm moradia dupla, ou seja, tem casa dentro da reserva e também mantêm residência na cidade de Guajará-Mirim. Neste contexto, a fim de explicar este arranjo e de investigar as possíveis causas do despovoamento da região, a pesquisa foi realizada na área da referida reserva e na cidade de Guajará-Mirim.

Diante da estrutura organizacional das comunidades e das características sociopolíticas e culturais dos moradores da reserva, nossas discussões foram

44 A pesquisa completa resultou na Dissertação de Mestrado intitulada “Direitos Fundamentais e Resistência na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto/RO: Entre a Permanência e a Mudança” e foi apresentada em 2018, pela primeira autora, ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

norteadas pelas seguintes problematizações: De que forma se constituiu e como está estruturada a RESEX Rio Ouro Preto? Quais são os saberes, as práticas culturais e os modos de vida dos habitantes da Reserva? Quais as legislações que legitimam/garantem aos moradores da RESEX o direito público subjetivo à educação básica? Como se dá o acesso à Educação Básica dentro da Reserva? Quais são os arranjos familiares que demonstram as formas de resistência, a fim de permanecerem na Reserva? Como se dá o processo de mudança para a cidade em busca da Educação Básica? Quais os benefícios e os prejuízos aos moradores da RESEX decorrentes destes deslocamentos?

Partindo da hipótese de que a falta de escolas na RESEX Rio Ouro Preto contribui para a diminuição populacional da Reserva nas últimas décadas, o objetivo deste trabalho é investigar se o direito constitucional à Educação Básica está sendo garantido aos moradores da Reserva, conforme previsto no Capítulo III da Constituição Federal Brasileira de 1988, que trata da Educação e da Cultura em seus artigos 205 a 216.

A delimitação dos objetivos da pesquisa também é importante para traçar estratégias de observação. Nesta perspectiva, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar e caracterizar os moradores da RESEX Rio Ouro Preto; descrever alguns aspectos dos saberes e modos de vida da população da Reserva; refletir sobre a importância da garantia dos Direitos Subjetivos, neste caso, a educação, para os moradores da Reserva; investigar se a falta de garantia do direito em questão é elemento que contribuiu/contribui para o processo de diminuição da população da Reserva.

Dessa forma, além de colaborar para a área da educação e dos estudos da aplicabilidade dos direitos educacionais, esta pesquisa também contribui com a área dos estudos da História e dos estudos culturais amazônicos, pois ao realizarmos a pesquisa etnográfica da RESEX Rio Ouro Preto auxiliamos no processo de reconstituição e registro das singularidades e dos conflitos vividos por povos que habitam os espaços rurais e ribeirinhos da Amazônia rondoniense.

A Reserva se constitui em um campo amplo de pesquisa, dada as situações observadas e, consciente de que “seria rematada prova de incapacidade imaginar que

se pode colher, de uma vez, todos os segredos *ethnographicos* de um tal povo”⁵, é necessário considerar que “[...] o processo de pesquisa é essencialmente dinâmico”⁶ e exige do pesquisador flexibilidade a ponto de “[...] ‘transgredir’ o projeto original”⁷. Isso se deve ao fato de que, durante a pesquisa, podem surgir novos elementos importantes para a compreensão da dinâmica social do objeto analisado.

Para fundamentação da pesquisa utilizou-se como aportes teórico-metodológicos os estudos dos autores: Teixeira & Fonseca (2003), que discutem sobre o processo de ocupação, exploração e desenvolvimento da região dos vales Madeira, Mamoré e Guaporé; Teixeira (1999; 2009), cuja obra apresenta a trajetória dos seringueiros e colonos, nos seringais da Amazônia; Loureiro (1995), que apresenta as características da cultura amazônica; Gil (2008), que apresenta as características dos métodos e técnicas da pesquisa social; e outros autores. Além disso, também se recorreu à Legislação Ambiental e Educacional, que tratam sobre os deveres e os direitos das populações que vivem em espaços de conservação, especialmente no que tange à garantia de acesso ao direito público subjetivo à Educação Básica. Aprofunda as discussões os depoimentos dos moradores da Reserva, diretamente afetados.

Trata-se de uma investigação científica que se caracteriza como um estudo de caso, com abordagem qualitativa, a qual também aborda alguns aspectos etnográficos da referida RESEX. O estudo de caso constitui-se, de acordo com Gil “[...] pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado [...]”⁸. Na coleta de dados, foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: inicialmente procedeu-se à leitura dos referenciais teóricos, acompanhado da elaboração de resenha, resumos e fichamentos daqueles mais significativos para o conhecimento e compreensão do *locus* e do objeto da pesquisa. Em seguida, iniciou-se o contato com os sujeitos da pesquisa através de diálogos assimétricos em diferentes níveis, tais como: entrevistas informais, entrevistas focalizadas, entrevistas por pauta e entrevistas estruturadas, conforme os conceitos de Gil (2008)⁹.

5 ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rondonia: anthropologia – ethografia. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. XIII.

6 LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica. São Paulo: Educ, 1998. p. 139.

7 VASCONCELOS, Eduardo M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 139.

8 GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 57.

9 GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social.

As entrevistas por pauta e estruturadas foram realizadas com o apoio do questionário impresso e gravadas a fim de garantir a conservação dos dados que foram posteriormente transcritos, tabulados e analisados. Além disso, durante as visitas a campo na Reserva, foram observados o meio ambiente das comunidades, a estrutura das moradias, os utensílios domésticos, as práticas socioculturais e os modos de vida¹⁰.

A escolha dos participantes da pesquisa, que são citados de forma direta neste estudo científico, deu-se a partir da hipótese de que um dos fatores que contribuem para a mudança dos moradores para a cidade é a falta de escolas que atendam às crianças e aos jovens, não só nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), mas também nas demais etapas da Educação Básica.

De modo especial foram considerados, dentre outros, os seguintes aspectos: grau de escolaridade; local de moradia dos pais na ocasião de nascimento das pessoas entrevistadas; o tempo de moradia na RESEX Rio Ouro Preto ou em outras reservas; a participação direta do entrevistado ou de seus pais nas atividades de extração do látex para a fabricação da borracha, coleta de castanha, fabricação de farinha etc.; a participação do entrevistado em atividades desenvolvidas pelas associações de seringueiros, pelas associações dos extrativistas, pelas instituições religiosas; moradores da Reserva que mantêm moradia dupla: na Reserva e em Guajará-Mirim; moradores que não moram mais na Reserva¹¹, mas que ainda mantêm vínculos com a Reserva.

2 Educação Básica na RESEX Rio Ouro Preto: breve histórico

Considerando a situação histórico-geográfica, socioeconômica, cultural e educacional das comunidades da RESEX Rio Ouro Preto, podemos afirmar que a população que habita esta Reserva possui múltiplas culturas, formas de ensino próprias, práticas econômicas alinhadas com a natureza e uma linguagem singular. Outros estudos mais detalhados já abordaram os modos de vida, as práticas socioculturais, econômicas e históricas da Reserva¹². Por isso, nesta parte da

10 Consultar a Dissertação de Mestrado intitulada “Direitos Fundamentais e Resistência na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto/RO: Entre a Permanência e a Mudança”, 2018.

11 Não residem mais na Reserva por ter tido que mudar-se para a cidade por razões de saúde e educação.

12 Para informações e dados detalhados sobre a RESEX Rio Ouro Preto indicamos consultar as dissertações de mestrado: “Direitos Fundamentais e Resistência na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto/RO: Entre a Permanência e a Mudança” (ALVES, Eva da Silva, 2018); “Aspectos do Ecossistema Linguístico da RESEX Rio Ouro Preto: um estudo lexical” (SANTOS, Bethânia Moreira

pesquisa, nos limitamos a destacar as legislações que tratam da garantia de acesso ao direito público subjetivo à Educação Básica e, sobretudo, os contextos e os desafios enfrentados pelos moradores da RESEX Rio Ouro Preto para terem acesso a este direito constitucional, que deveria lhes ser assegurado dentro da Reserva.

Na época do seringal do Rio Ouro Preto, a educação na região era, assim como em muitos lugares da Amazônia, praticada de forma oralizada. Somente em meados do ano de 1989, foi criada a primeira escola no seringal, denominada Manoel Manussakis. No ano seguinte, a região já seria transformada em RESEX.

De acordo com as informações dadas pelo entrevistado José Maria e confirmadas pelos Decretos Municipais, foram criadas no Rio Ouro Preto, entre os anos de 1989 e 1992, as seguintes Escolas Municipais: Manoel Manussakis,¹³ José Tadeu de Souza Filho,¹⁴ Ecologista Francisco Mendes¹⁵, Bananal¹⁶, José Ribamar Nunes,¹⁷ Gerson Guimarães,¹⁸ José Almeida¹⁹ e Maria da Conceição.²⁰

Em 2009, de acordo com as informações do Plano de Manejo da Reserva, havia um total de 8 escolas e 79 alunos matriculados no Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª série.²¹

Já em 2017, havia na RESEX Rio Ouro Preto, apenas duas escolas: a primeira denominada Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Ecologista Francisco Mendes, localizada na Comunidade Floresta. A estrutura da escola segue o modelo das casas dos moradores: paredes e assoalho de madeira serrada, cobertura de telha de amianto e o refeitório dos alunos é um anexo com cobertura

da Silva, 2015); "A sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO)" (VALIANTE, José Otávio, 2008); "Do Barracão à Casa: uma etnografia das transformações nas formas de apropriação, gestão e transmissão dos recursos naturais por seringueiros do rio Ouro Preto – RO" (WAWZYNIAK, J. V., 2008) e a obra SANTOS, Nilson. Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura. Curitiba: Appris, 2014.

13 Decreto nº 1.280/89 de 14/06/1989.

14 Decreto nº 1.330/90 de 02/04/1990.

15 Decreto nº 1.479/91 de 24/06/1991.

16 Na lista cedida pelo entrevistado José Maria a escola é chamada apenas de Bananal, a partir das informações da Secretária Municipal de Educação (SEMED) - Decreto nº 1.541/92 de 31/03/1992, o nome da escola é José Dias Filho e estava localizada na Baía do Bananal, no Ramal do Brito. Porém, atualmente, este ramal não faz mais parte das comunidades pertencentes à RESEX Rio Ouro Preto.

17 Decreto nº 1.618/92 de 21/10/1992.

18 Decreto nº 1.619/92 de 21/10/1992.

19 Decreto nº 1.620/92 de 21/10/1992.

20 Decreto nº 1.621/92 de 21/10/1992.

21 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. Guajará-Mirim: S/E, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Versao_completa_21_08_2014_com_mapas.pdf>. Acesso em: 10 outubro de 2015. p. 47.

de palha. Devemos pontuar, ainda, que quando a Prefeitura de Guajará-Mirim disponibilizava merenda escolar, esta era preparada pela própria professora. Quando não havia merenda fornecida pela Prefeitura, a merenda era feita a partir de alimentos doados pelos pais, nesses casos, alimentos comuns à alimentação diária dos alunos, que é a base de peixe, caça e farinha.

De acordo com as informações fornecidas pela Secretária Municipal de Educação (SEMED), Setor Rural de Guajará-Mirim, a escola Ecologista Francisco Mendes, em 2017, atendeu dez alunos, quatro deles estavam no quinto ano, sendo assim, havia 6 alunos em idade escolar para o ano de 2018. No entanto, conforme ressalta Souza “A partir dos anos de 1980, muitas escolas públicas rurais isoladas e uni-docentes (estaduais e municipais) foram fechadas sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares”.²² Esta afirmativa é constatada na justificativa dada pela chefe da SEMED/Setor Rural para o não funcionamento da referida escola em 2018.

A segunda escola, denominada Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental 10 de Abril²³, está localizada na Comunidade Ramal do Seringueiro. A Escola funciona nos fundos da igreja evangélica Assembleia de Deus/Ministério da Madureira. A merenda escolar é fornecida pela Prefeitura de Guajará-Mirim, preparada pela diaconisa da igreja. Na ocasião de nossa visita, as cadeiras estavam armazenadas em outro local.

De acordo com as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Setor Rural de Guajará-Mirim, a escola 10 de Abril, durante o ano de 2017, atendeu um total de vinte alunos, dos quais três deles foram aprovados para cursar o 6º ano. Visto que ambas as escolas da reserva atendem até o quinto ano, os pais destes alunos têm duas opções: mudar-se para a cidade ou permitir que os filhos frequentem a escola na cidade de Guajará-Mirim. No caso da segunda opção, estes alunos são levados até a cidade no ônibus escolar, que passa recolhendo os alunos a partir das 6h da manhã e retorna às 21h.

A falta de escolas que atendam aos alunos para além dos anos iniciais do Ensino Fundamental na RESEX Rio Ouro Preto, criada há quase três décadas, nos

22 SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo, Desigualdades Sociais e Educacionais. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>>. Acesso em: 02 abril de 2018. p. 751.

23 Criada através do Decreto 2835/05 de 26/01/2005. No entanto, a escola já funcionava desde o ano de 2004.

faz trazer à tona a necessidade de políticas públicas voltadas para o cumprimento do direito constitucional que assegura o acesso à Educação Básica com “direito público subjetivo”.²⁴ O último levantamento feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no ano de 2007, constatou que aproximadamente 80% da população da Reserva tinha no máximo o Ensino Fundamental, e 18% eram analfabetos.²⁵ Vale lembrar que naquela ocasião 8 escolas estavam funcionando na Reserva, já em 2018 (ocasião da nossa pesquisa), apenas uma escola estava em funcionamento.

A criação de escolas que atendessem todas etapas da Educação Básica evitaria o processo de êxodo da população tradicional da Reserva para a cidade. Além de evitar o êxodo populacional, evitaria a criação de outros problemas sociais decorrentes dos dilemas familiares que passam as pessoas que precisam optar em permanecer com seus hábitos de vida na Reserva ou mudarem-se para a cidade, para a continuidade dos estudos dos filhos, o que traz inúmeras mudanças familiares, econômicas, sociais, culturais e de trabalho, como será discutido no próximo tópico.

3 Resistências e Arranjos Familiares para ter Acesso ao Direito Público Subjetivo à Educação Básica

Mesmo após a criação das Unidades de Conservação (UCs) e das leis que as regulamentam, o conceito de “população tradicional” atribuído, também, a quem vive nas reservas extrativistas ainda requer reflexões, principalmente, no que se refere às mudanças ocorridas nesses contextos nas últimas décadas. Um dos aspectos a ser discutido acerca disso é a questão da educação dentro desses espaços ocupados por “populações tradicionais”. Ou seja, para viver na RESEX e ser considerado membro de uma população tradicional é, obrigatoriamente, necessário submeter-se às diretrizes impostas pelos Órgãos de Proteção Ambiental responsáveis por estas UCs?

24 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de novembro de 2017. Art. 208, §1º. / BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 fevereiro de 2018. Arts. 4º e 5º.

25 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 45.

Na visão dos moradores da RESEX Ouro Preto, estes Órgãos nem sempre estão interessados em empreender esforços para garantir o direito dos moradores à Educação Básica, conforme preconiza a Lei. Assim, a opção por constituir-se como população tradicional, pressupõe a alienação de um direito público subjetivo. Ou seja, os indivíduos não alcançarão “[...] o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como preceitua a Carta Magna.²⁶ Outra consequência é a perda das características culturais e a marginalização social, pois ao se deslocarem da Reserva para cidade, essa população passa a viver às margens da sociedade elitizada e terá que enfrentar muitos desafios em busca de recursos para se adequar à nova realidade social.

Contudo, o direito à Educação Básica é garantido a todos pela Constituição Federal em seu artigo 205, sem que haja quaisquer distinções, a fim de garantir que a pessoa alcance o desenvolvimento pleno e esteja apta ao exercício para o trabalho e, também, para exercer a cidadania. Sendo dever do Estado e da família zelar para que a Educação seja promovida.

Estes direitos são reiterados pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), segundo a qual a Educação Básica, que compreende a Pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, é direito público subjetivo, sendo obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos (17) dezoito anos. A Lei garante ainda a gratuidade do ensino mesmo para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Com vistas à garantia desse direito foi instituído o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, onde se estabelece no Art. 1º que a Política de Educação no Campo é destinada “[...] à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]”.²⁷

26 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

27 BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em:

De acordo com o Decreto, a População do Campo constitui-se daqueles que desenvolvem as próprias condições de existência baseando-se no trabalho no meio rural, dentre eles estão:

[...] os agricultores familiares, **os extrativistas**, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros [...].²⁸

O Decreto em questão tem como objetivo “[...] superar as defasagens históricas de acesso à Educação Básica pelas populações do campo [...]” e assegura ainda que é “responsabilidade da União, em parcerias com o Distrito Federal, Estados e Municípios [...], criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto [...]”.²⁹ Neste contexto, as comunidades que compõem a RESEX Rio Ouro Preto, são constituídas por uma População do Campo e, portanto, com direito a Escola do Campo para atender os alunos residentes da área rural.

Embora o Plano de Manejo realizado pelo ICMBio, mencione uma melhoria na qualidade de vida dos moradores da RESEX Rio Ouro Preto em relação à época em que a região era seringal, a situação atual ainda os expõe às desigualdades sociais, principalmente, por conta das condições precárias e insuficientes de acesso à educação oferecidas dentro da Reserva, que os obrigam a mudarem-se para a cidade ou, em muitos casos, conciliar uma dupla moradia, conseqüentemente, fazendo com que eles alterem suas práticas culturais. Vale ressaltar que tais condições são de conhecimento do ICMBio, pois após o levantamento socioeconômico realizado pelo órgão durante os anos de 2001 a 2009, foi constatado que

A falta de escolas que atendam a todas as crianças é, provavelmente, o fator preponderante para o êxodo das famílias para a cidade. Ao mesmo tempo em que as famílias são obrigadas a manter seus filhos na escola, pela legislação vigente e política atual (Ex: Bolsa Família e Bolsa Verde), as comunidades não contam com escolas ou transporte que

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2018. Art. 1º.

28 BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Art. 1º.

29 BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Art. 3º.

atendam a todas as crianças, de forma que se vêem obrigadas a mudarem para a cidade.³⁰

De acordo com a SEMED, com o relato dos moradores e com o Plano de Manejo, a justificativa para o fechamento das escolas dentro da Reserva é a falta de alunos para atender a demanda necessária para manutenção de escolas que ofereçam a Educação Básica completa. No entanto, o estudo realizado por Valiante (2008), apontou que no ano de 2007, havia na região um número considerável de crianças em idade escolar na faixa etária dos 10 anos, sendo 109 do sexo masculino e 80 do sexo feminino.³¹ Segundo o autor, destas 189 crianças, 142 eram menores de 6 anos. Os dados coletados para elaboração do Plano de Manejo demonstraram que havia, em 2009, o total de 79 alunos matriculado.³² É possível supor, diante dos números apresentados, que pouco a pouco as famílias destes 79 alunos foram obrigadas a se deslocarem para a cidade, uma vez que nenhuma ação foi realizada para que eles tivessem acesso à escola dentro da própria Comunidade.

A falta de escolas na Reserva provoca a necessidade de arranjos familiares, denominados nesta pesquisa de: a moradia dupla, o deslocamento diário das crianças até a cidade, a mudança da família para Guajará-Mirim e a mudança apenas da criança para a cidade.

O primeiro arranjo, o qual se denominou “moradia dupla”, refere-se a uma das tentativas dos moradores de garantir a permanência das crianças na escola. Por isso, eles passam a manter também uma moradia na cidade de Guajará-Mirim, cidade mais próxima da Reserva.

O segundo arranjo, intitulado “deslocamento diários das crianças”, ocorre da seguinte forma: os moradores de comunidades mais distantes, que ficam às margens do Rio Ouro Preto, mudam-se para as comunidades chamadas áreas secas, por ficarem mais próximas da cidade, para que, assim, os filhos possam, junto com os filhos de outros moradores da região, irem para a escola no ônibus escolar da prefeitura de Guajará-Mirim.

30 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 100.

31 VALIANTE, José Otávio. A sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO). Dissertação (Mestrado em Administração – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD). Porto Velho: UNIR, 2008. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/121>>. Acesso em: 16 de julho de 2017. p. 56.

32 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 45-46.

O terceiro arranjo ocorre quando a família desloca-se para o município de Guajará-Mirim ou para outra localidade mais próxima.

O quarto arranjo funciona da seguinte maneira: os pais optam por permanecer na Reserva e mandam apenas a criança para morar na cidade na casa de um parente ou famílias com vínculos de amizade.

Destaca-se que o primeiro e o terceiro arranjos, principalmente, geram muitas despesas, pois mesmo com o auxílio do “Bolsa Família”, eles passam a ter gastos que não estavam acostumados quando estavam dentro da Reserva. Os moradores que tinham o hábito de pescar, caçar, pegar frutas ainda no “pé”, produzir a própria farinha, terão que sobreviver na cidade tendo que “pagar” por tudo que consomem, conforme podemos constatar no relato do entrevistado que afirma: “[...] aqui é na balança e no dinheiro. Quando tem o dinheiro a gente come, quando não tem, a gente sente o cheiro.” (SEBASTIÃO NUNES, 2017)³³. Além das despensas com alimentação, também terão os gastos com energia elétrica, água, gás de cozinha, aluguel e outros.

A decisão das famílias por terem uma residência dentro da RESEX Rio Ouro Preto e uma residência em Guajará-Mirim gera, ainda, uma ruptura familiar, pois a mulher vai para a cidade com as crianças e o homem fica na Reserva para garantir que as atividades agroextrativistas sejam realizadas. Para contribuir com a renda familiar, a mulher trabalha em atividades informais: manicure, faxineira, lavadeira, vendedora autônoma, feirante e outras.

[...] conversei com o meu marido “oh, eu não tive estudo, mas eu quero dar pros meus filhos”. Aí ele falou “eu não vou pra rua”. Aí eu falei “mas eu vou”. Aí ele me falou “pode ir que eu fico aqui”. Ele ficou aqui sete anos sozinho. E não era aqui não, era lá dentro. E aí ele mandava o feijão, ele mandava a banana, ele mandava o peixe, ele mandava a caça. E eu trabalhando nas casas de família. (FRANCISCA AUGUSTO, 2018).

A entrevistada passou sete anos longe do esposo, acompanhando os filhos na cidade para que tivessem Educação Básica, só depois voltou para a RESEX Rio Ouro Preto. Ela tem duas filhas professoras, uma filha no primeiro semestre do curso de geografia e um filho funcionário público do estado de Rondônia.

33 Optou-se por colocar o nome, um dos sobrenomes dos entrevistados e o ano da entrevista gravada, além disso, não serão mencionados dados pessoais e informações que comprometam os entrevistados, respeitando-se os princípios éticos acordado entre as partes. O registro do nome visa também dar voz aos entrevistados, que historicamente foram silenciados e invisibilizados.

Embora ambos exerçam atividades sem vínculo empregatício, eles ficam a maior parte do tempo distante um do outro, visto que as despesas com transporte e a distância entre a Reserva e a cidade tornam as visitas inviáveis. Sem ninguém para cuidar da plantação e dos animais de pequeno porte (galinhas, pato etc.), o homem fica preso à Reserva e quando vai visitar a família, a visita precisa ser breve. Muitos acabam deixando de cultivar plantações que precisam de cuidados diários, também deixam de criar galinhas e patos, pois assim podem ficar mais tempo na cidade, o que acarreta prejuízos financeiros e até na alimentação, pois os animais de pequeno porte servem parte para a alimentação e parte para a venda, quando vão à cidade.

Quando a mulher e as crianças vão para cidade, todo serviço que era feito em grupo agora será realizado apenas pelo homem, conseqüentemente, a produção, a extração e a coleta diminuem. Sobre este aspecto, abaixo apresentamos o relato do entrevistado Adão Nascimento, ao falar sobre a participação da esposa nas tarefas da roça e nas tarefas domésticas:

[...] ela participava em tudo. Participava em plantar roça, colher, torrar farinha, cortar seringa e tudo, sabe fazer de tudo. Então o homem faz e ela faz também, torrar a farinha, cortar a seringa, _____³⁴ tudo, pesca... Muita coisa de cada. Esses processos de trabalhar assim no mato ela sabe fazer tudo. (ADÃO NASCIMENTO, 2018).

Estes transtornos familiares e prejuízos financeiros ocasionados a partir da opção pela moradia dupla também são sofridos pelas famílias que decidem optar pelo terceiro arranjo: a mudança da família para Guajará-Mirim, pois embora a esposa trabalhe na cidade, a remuneração recebida por quem exerce subempregos é insuficiente para garantir uma subsistência digna:

Aqui na cidade a vida é muito complicada, né? A gente tem que trabalhar para poder pagar aluguel, não tenho casa própria, a gente paga aluguel, luz, água, internet, porque a gente precisa também fazer algumas pesquisas, alguns trabalhos. Então a gente precisa usar a internet. E precisa manter a casa, manter os filhos, e aí a dificuldade é maior. E lá não, a gente pesca, caça, planta, e tudo que a gente planta ali a terra dá e a gente colhe já sem cobrar muito, né, da gente. (ANGÉLICA CASSIMIRO, 2018).

34 Na transcrição os trechos inaudíveis foram sinalizados com este traço.

As mulheres exercem as funções mencionadas anteriormente e os homens se dedicam ao trabalho na construção civil, alguns vão para as fazendas próximas à cidade para roçar pasto, tirar estaca, fazer cerca etc., tornam-se pescadores, fazem canoas, fazem bicos. Na realidade, acabam exercendo vários tipos de serviços sem vínculo formal e renda fixa.

Um dos maiores problemas enfrentados pela família que se desloca para a cidade é perda do “perfil de beneficiário”, conforme determina o Art. 44 do Acordo de Gestão da Reserva:

Ao sair da RESEX, o beneficiário deverá notificar e registrar imediatamente a sua saída à Associação, informando quanto tempo e o motivo pelo qual ficará fora. Caso não comunique, ele perderá o direito de usufruir da Reserva, e seu ato caracteriza abandono de colocação.³⁵

O “Perfil do Beneficiário da RESEX Rio Ouro Preto” foi elaborado entre os anos de 2009 a 2011. A redação final obteve aprovação do Conselho Deliberativo no dia 11/10/2011: “[...] através da Resolução nº 01 [...] a permanência ou não do comunitário no cadastro foi pautada pelo uso que este fazia não somente da casa, mas de toda a área da colocação”.³⁶

As características dos moradores que poderiam ser considerados “Beneficiários” foram as seguintes:

Os beneficiários da Resex do Rio Ouro Preto conciliam o trabalho de agricultura (roça), com o trabalho de extrativismo. Suas principais atividades extrativistas são a extração de seringa, castanha, madeira, palha, óleos essenciais como a copaíba, coleta de frutas nativas como o açaí, patoá e outros; caça e pesca. Os principais alimentos cultivados na roça são: mandioca para fazer farinha, arroz, milho, banana, macaxeira, jerimum, cana, melancia, maxixe, mamão e outros. Também trabalham com artesanato e atividades domésticas como cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. Os beneficiários têm atuação nas associações, porém poucas mulheres assumem cargos nas diretorias. Os beneficiários vão à cidade regularmente para vender a produção, comprar o rancho, visitar ou acompanhar os filhos que estudam na cidade e em situações de tratamento de saúde.³⁷

35 ICMBio. Portaria nº 152, de 20 de fevereiro de 2013 – Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/Portarian%C2%BA152ICMBio_PURESEXROP.pdf>. Acesso em: 23 abril de 2016. p. 33.

36 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 49-50.

37 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 50.

Quanto às características dos que não atendiam ao perfil³⁸ exigido, destacam-se as seguintes:

A população não-extrativista que mora na área proposta para exclusão, e pratica sobretudo atividades pecuárias não se enquadra na categoria "beneficiário", e ainda não há dados numéricos sobre a população dessa área. Esses moradores são produtores rurais, pequenos criadores de gado e caseiros em sua maioria, ou seja, não são população beneficiária extrativista e de ocupação tradicional. Além dessa área, com ocupação humana e atividades dominantes inadequadas para os objetivos da unidade, centradas na pecuária extensiva para corte, observa-se também algumas propriedades no interior dos limites da RESEX que, embora não sejam pecuaristas, também não possuem usos tradicionais. Apesar de serem reconhecidos como "não-beneficiários", possuem diferentes inserções junto aos comunitários locais e quanto à forma como utilizam a Reserva portanto, sugere-se que as negociações referentes à possíveis acordos com esses moradores deva ser conduzida caso a caso, e também que seja levada em consideração a percepção dos demais comunitários e associações de moradores a respeito de cada um deles.³⁹

A partir do Relatório de Atividade elaborado pelo ICMBio, denominado "Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011"⁴⁰, pode-se perceber de que forma estes perfis foram utilizados para incluir ou retirar o morador do "Perfil do Beneficiário da RESEX Rio Ouro Preto".

Considerado a dificuldade de acesso à saúde e educação no interior da Resex, permaneceram como beneficiários nesta etapa do cadastramento aqueles casos em que: o comunitário teve ou tem problemas de saúde que o impeçam de permanecer no local ou desenvolver atividades produtivas; os casos em que o comunitário desenvolve apenas as atividades produtivas na Resex mas mantém outra residência na cidade para possibilitar que os filhos estudem; os casos em que, mesmo o titular responsável pela colocação não mantenha o local, alguém da mesma unidade familiar (esposa, filhos) mantém atividades de subsistência e/ou resida no local.⁴¹

Contudo, o relatório não segue uma regra fixa, pois muitos moradores foram "desconsiderados" no relatório sem que tenha sido registrado uma justificativa, como exemplo os moradores da Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro: Sandro, Valdo, Amarildo, Ailton, Nelson.⁴²

38 Não estão sendo questionados neste trabalho aqueles moradores que foram deixados de fora do cadastro feito pelo ICMBio por desenvolver as atividades agropecuárias.

39 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. p. 50.

40 Documento sem publicação no site oficial do ICMBio e foi fornecido em visita ao órgão em 2017.

41 ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. Guajará-Mirim: S/E, 2011. p. 2.

42 ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. p. 11.

Também foram deixados de fora os moradores que exercem atividades renumeradas na cidade, por ferir as diretrizes postuladas pelo ICMBio, como exemplo o Sr. Júlio, o morador da Comunidade Floresta.⁴³

Também houve casos em que embora os moradores tentavam manter vinculados com a Reserva, foram considerados pelo ICMBio na lista daqueles que o órgão denominou de “Na Dúvida”.

Como dúvida permaneceram o filho da Sra. Branca (que solicitou que seu cadastro fosse transferido para o filho após ter abandonado a casa por um tempo), Rondinelli (por não desenvolver nenhuma atividade na sua localidade e a casa estar abandonada, Joaquim (por trabalhar de pedreiro em Guajará-Mirim, mantendo como caseiro em sua localidade o irmão da sra. Raimunda).⁴⁴

Como dúvida aparecem Tuna, por solicitar a entrada na Resex a partir da transferência do cadastro de Ismael; Tunga, por manter a casa sob cuidados de um caseiro; Chico Maria, Francisca (filha Zacarias) por não estarem ocupando suas casas atualmente nem desenvolvendo atividades produtivas na colocação e dizerem que retornarão à Resex no ano de 2011 caso haja escola na comunidade.⁴⁵

Aqui nota-se que alguns moradores foram colocados na lista daqueles que o ICMBio teve dúvidas se deveriam ou não serem retirados do Perfil do Beneficiário. Dois destes casos chamam atenção porque os moradores demonstraram o interesse em manter o vínculo com a Resex: no caso da Senhora Branca o tempo de afastamento não foi identificado e ela solicitou a transferência do direito à terra para o filho; no caso do Sr. Joaquim ele mantinha um caseiro para cuidar do local, mas teve como agravante o fato de estar trabalhando como pedreiro em Guajará-Mirim. O caso da Sra. Francisca, denuncia a situação vivenciada por muitos, pois ela deixa claro o motivo pelo qual deixou a Reserva – a falta de escolas – no entanto, mostra-se disposta a retornar quando o local as tiver.

Os moradores que optam pelo segundo arranjo “Deslocamento diário das crianças”, também vivenciam muitas situações conflituosas, pois as crianças saem de casa ainda muito cedo, por volta das 10 horas da manhã, assistem às aulas no período vespertino e retornam para a Reserva por volta das 20 horas. Segundo relato dos moradores, esta situação “ajuda por um lado e dificulta por outro”, pois as crianças ficam expostas a acidentes durante o trajeto. Às vezes, o ônibus fica

43 ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. p. 3.

44 ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. p. 4.

45 ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. p. 36.

atolado devido às péssimas condições da estrada ou apresenta problemas mecânicos, impossibilitando que as crianças cheguem à escola:

Olha, pra tudo eu vejo, sem falar os riscos, eu vejo a dificuldade, né?! Por causa que daqui pra lá pra cidade eles já vão perder, nada nada, eles já vão perder, por dia, eles vão perder, praticamente, eles vão perder por dia cinco horas. Por dia. Porque tem que contar pelo trajeto, que entra em outro Ramal, panha aqui, se a estrada estiver mais ou menos ruim podemos contar umas cinco horas. Porque vai perder por dia duas horas e meia, digamos, no ir e duas no voltar, né?! E isso já é um... isso aí eu já incluo isso como cansaço. (NILDO LOPES, 2018).

Além das situações citadas acima, outros aspectos devem ser considerados, um deles refere-se aos elementos que constituem as identidades dessas pessoas em cada contexto, o tempo que as crianças “perdem”, conforme as palavras do entrevistado Nildo Lopes, é realmente uma grande problemática, pois ela deixará de ter contato com os modos de vida local, sua prática e agora se limitará ao contato com as práticas culturais do meio urbano.

Segundo o Plano de Manejo⁴⁶, as crianças e os jovens criam afeição pela vida urbana e não querem mais retornar à Reserva. Este parece um motivo razoável, uma vez que eles foram obrigados a sair da sua comunidade, por volta dos 11 anos quando tiveram que ir para a cidade a fim de cursar o 6º ano do ensino fundamental e deixaram de praticar os modos e os fazeres próprios da sua cultura, consequentemente, adquiriram novos hábitos e estes lhes parecem bem mais atrativos.

Este contato obriga as crianças e os jovens a adequações para as quais não estão preparados, pois quando frequentavam a escola na RESEX, não tinham a preocupação de usar roupa, mochila e calçados novos, o importante era que estivessem limpos. Um caderno, uma borracha, um lápis, bastava. Na nova escola, a mãe recebe uma lista de material já no ato da matrícula da criança/adolescente.

Na escola da cidade, as crianças e os jovens procedentes da Reserva sofrem cobranças por parte dos colegas, e, na maioria das vezes, são estigmatizados e ridicularizados por não apresentarem “padrões culturais” condizentes com os da sociedade escolar urbana. De acordo com as concepções de Bourdieu⁴⁷, o capital

46 ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto.

47 BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

cultural é acumulado a partir do contato que se tem com as práticas culturais. Assim, podemos afirmar que as crianças e os jovens da RESEX estão em desvantagem frente aos jovens da cidade, visto que estes tiveram desde cedo um maior contato com várias formas de acesso ao conhecimento: creche, livros, passeios, viagens, conteúdos apresentados na televisão e na *internet*, além de um maior contato com crianças que tiveram as mesmas condições e com adultos letrados.

Nesse sentido, ressalta-se que o conhecimento adquirido pelas crianças e jovens filhos das comunidades da RESEX Rio Ouro Preto foi construído a partir da forma oral, transmitido de geração em geração e traz em seu conteúdo maneiras de preservação do Meio Ambiente, formas de manuseio da terra, saberes e modos de vida singulares. Eles foram ensinados a caçar, pescar, a pilotar um motor, a remar, a plantar, a fabricar canoas e outros utensílios necessários para auxiliar nas tarefas diárias e esses conhecimentos não são valorizados no espaço urbano.

O processo de aprendizagem dentro da RESEX se dá de maneira direta, a partir das relações familiares, especialmente, com os pais e os avós. Pescar, plantar o roçado, coletar a castanha, extrair o látex etc., são práticas comuns às populações tradicionais e compõem os “saberes tradicionais” classificados por Arruda e Diegues⁴⁸ “[...] como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. Não se trata apenas de colocar uma linha com anzol na água, pois para cada espécie de peixe há um tipo de isca diferente, um horário específico para pescar, um método, um lugar e até mesmo as estações do ano podem interferir ou favorecer a pesca de determinados tipos de peixes.

Neste contexto, o morador que sai da comunidade ainda na infância ou juventude, por não ter na própria comunidade escola que ofereça ensino básico, deixará de receber o conhecimento que seria oferecido pelos seus pais: a extração do látex e produção da borracha, coleta da castanha e fabricação da farinha, as técnicas de pesca e caça etc.

Por isso, falamos em desvantagens, pois o conhecimento recebido na RESEX não tem o mesmo valor na cidade, ao contrário, aquilo que os identifica, aquilo que os representa será também o motivo pelo qual serão oprimidos. Não ter celular ou

48 ARRUDA, R. S. V; DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. p. 31.

não saber baixar aplicativos, acessar a *internet*, dentre outras formas de manusear ferramentas tecnológicas as quais as crianças na cidade manuseiam desde muito cedo, os faz sentir “inferiores” frente ao outro e muitas vezes é motivo baixo rendimento escolar, e até mesmo evasão escolar por causa da discriminação que decorre a partir da constatação daquilo que a criança da cidade sabe e a criança da Reserva não sabe. Daí a importância de uma reflexão sobre os meios e os aspectos culturais da aprendizagem, bem como a valorização de conhecimentos diferentes sobre a realidade.

O quarto arranjo familiar é ainda mais complexo, pois os pais precisam decidir pela “mudança apenas da criança para a cidade”. Na maioria das vezes, de acordo com relatos dos moradores, isso ocorre porque as famílias não possuem condições de ficarem na cidade e acreditam que o mais apropriado é deixar a criança com outra família.

Entrevistadora: Você tem filhos?

Entrevistada: Tenho a minha filha de oito anos, do meu primeiro casamento. Que foi logo que eu saí daqui pra estudar na cidade, porque aqui só tinha até a quarta série. Daí a gente tinha que mudar. Meus pais não podiam ir com a gente pra cidade, então a gente foi morar com uma amiga da família. Que a gente trabalhava pra ter casa e comida. E roupa, essas coisas.

Entrevistadora: E tu tinha que idade nessa época?

Entrevistada: Essa época eu tinha uns 12, 13 anos, por aí. Aí passou um tempo, minha irmã mais velha, que se formou em letras, ela foi morar na cidade também. Daí ficou mais fácil, a gente foi morar com ela. E daí melhorou. Porque a gente já não precisava mais estar trabalhando pra ter as coisas em troca, né?! A gente só estudava. (TATIANA AUGUSTO, 2018).

Neste tipo de arranjo, as crianças passam a maior parte do ano afastadas dos pais e vão para a reserva durante o recesso escolar. Mesmo sob a responsabilidade e vigilância de adultos, ficam mais vulneráveis a uma gravidez precoce ou envolvimento com substâncias ilícitas e até a prática de pequenos delitos e crimes:

Entrevistadora: E as crianças que saem de uma realidade escolar de dentro da reserva, para uma realidade escolar na cidade?

Entrevistada: Essa é a preocupação maior ainda. Porque lá nas nossas unidades, a gente costuma ter uma educação diferenciada, né? Lá a gente sabe que a droga ela até pode ir, né? Mas ela é mais complicada. A droga, o álcool. E que leva aí as nossas crianças e os jovens a se tornarem mais dependente e é uma preocupação maior dos pais, né? Eu costumo também falar que eu tenho uma preocupação muito grande, sou a mãe, aquela mãe coruja, né? Que todo dia eu levo os filhos para a escola e trago. Por quê? Eu tenho medo de estar tendo muita violência o nosso... não só

nossa cidade, mas o país e o mundo ele foi... ele está sendo tipo engolido pelo um arco de violência muito grande, né? Então a preocupação é maior. E muitas vezes os pais ele vêm, deixam as crianças com alguém responsável e retorna para o sítio. Por quê? Porque se ele ficar também no sítio muitas vezes vai passar fome, o pai e as crianças, né?. (ANGÉLICA CASSIMIRO, 2018).

Os relatos demonstram as preocupações e as tensões vivenciadas pelos moradores que temem um acontecimento ainda maior: a pedofilia, uma vez que os pais deixam a criança na casa de parentes e amigos na cidade e retornam para a Reserva. A situação acaba facilitando a exposição dos jovens a sofrerem assédios.

Entrevistadora: Se ficar na cidade?

Entrevistada: Se ficar na cidade. Mas também fica lá com a preocupação devido a criança que ficou ali na cidade, muitas vezes é a criança, mas já é um adolescente ali que está saindo já da fase de criança para pré-adolescência. Então a preocupação é maior ainda. A questão da segurança também.

Entrevistadora: E aí essas crianças ficam... cuidados por outras pessoas?

Entrevistada: Sim. Cuidadas por outras pessoas, muitas vezes não é um familiar que está ali mais sempre presente, né? Observando o que é que está acontecendo. E o caso da pedofilia é o que mais está acontecendo no nosso país. Então a preocupação também é questão da segurança. (ANGÉLICA CASSIMIRO, 2018).

Nota-se neste tipo de arranjo, assim como nos demais, um grande conflito, principalmente, por parte dos pais que tentam garantir aos filhos o acesso à educação.

Como atestou Silva e Neves⁴⁹, esses reordenamentos e arranjos para assegurar a Educação Básica causam danos aos modos de vida dos moradores, consequentemente, um esvaziamento da população do campo, da população das Reservas, como é o caso aqui.

Ao terem que optar pelos arranjos aqui mencionados, as famílias acabam passando por outros problemas familiares, culturais, sociais e econômicos, ou seja, ao buscarem o acesso a um direito básico e constitucional, o direito público subjetivo à Educação Básica, são privados de outros direitos sociais como: moradia digna, alimentação adequada, renda, trabalho, lazer etc.

49 SILVA, Ricardo Gilson da Costa; NEVES, Josélia Gomes. Território, Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia. Revista de Educação Pública, [S.l.], v. 27, n. 65/2, p. 635-655, jun. 2018. ISSN 2238-2097. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6887/4458>>. Acesso em: 30 out. 2018. p. 9.

Neste sentido, reafirmamos que o direito constitucional subjetivo à Educação Básica, assegurado pela Constituição e pela LDB, só tem efetividade se de fato outros direitos forem assegurados e efetivados às populações tradicionais (extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.). Assim, devemos defender que

[...] o direito à educação é para toda a vida. O direito à educação está atrelado à garantia dos direitos básicos do ser humano, de uma criança, de um adolescente. Impossível garantir o direito à educação de uma criança faminta ou de um adolescente que tem que sobreviver, se ele tem que sobreviver, primeiro sobreviver, depois se fica tempo estudar. Então, o que quero dizer? O direito à educação não é um direito separado dos outros direitos, é um direito emaranhado, atrelado, aos outros direitos, consequentemente não temos que defender apenas políticas de educação, temos que defender políticas que garantam a totalidade dos direitos ou temos que defender políticas articuladas, políticas de educação sim, mas articuladas a políticas de saúde, políticas de alimentação, políticas de libertação do trabalho, da infância ...⁵⁰

Como destacou Arroyo, precisamos colocar a Educação do Campo como um direito de todos os povos do campo e um dever do Estado, para isso se faz necessário cada vez mais colocar a Educação do Campo no campo dos direitos e como dever do Estado, para assim exigir do Estado políticas públicas mais claras e eficientes para a população do campo e das reservas, o que evitaria o êxodo destas populações.

6 Considerações Finais

Este trabalho objetivou investigar se o direito à Educação Básica é garantido aos moradores da Reserva, conforme previsto no cap. III da Constituição Federal Brasileira de 1988, que trata da Educação e da Cultura em seus artigos 205 a 216. Além, disso, a pesquisa em questão expôs uma parcela da realidade socioambiental, histórico-geográfica e cultural vivenciada pelos moradores das comunidades da RESEX Rio Ouro Preto.

A partir da leitura dos referenciais teóricos e do estudo etnográfico, verificou-se que antes de ser transformada em reserva, a região onde está localizada a RESEX Rio Ouro Preto já era uma área ocupada por homens e mulheres vindos de

50 ARROYO, Miguel. Palestra Políticas Públicas para Educação do Campo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IkR4ML8r1F8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

várias regiões do Brasil e também de outros países que trabalhavam com a extração do látex e produção da borracha.

Após a implantação da Reserva na década de 1990 os moradores foram pouco a pouco modificando os modos de produção econômica devido à desvalorização do principal produto comercializado: a borracha.

Sem outras opções e como forma de resistência e de reafirmar o direito de permanecer na Reserva, os seringueiros passaram a plantar mandioca e fazer farinha, tornando-a a base da alimentação e da economia familiar.

Como discutido, como membros de uma reserva extrativista, os moradores estão sob as diretrizes das leis ambientais criadas para proteger e preservar a natureza, sendo eles, os extrativistas, responsáveis por zelar pela Reserva a fim de garantir que ela não seja invadida e explorada de forma indevida.

Enfatiza-se que as políticas e os processos históricos que levaram à criação das Reservas, predominantemente de perspectivas preservacionistas, influenciam, de certa forma, na não efetivação das políticas educacionais, contribuindo, também, para a diminuição da população das RESEX, como observado na RESEX Rio Ouro Preto.

Atualmente a Reserva está dividida em 12 pequenas comunidades, sendo 8 localizadas às margens do Rio Ouro Preto e as demais localizadas nas áreas secas. A distribuição geográfica da população está sendo reordenada em função, principalmente, da dificuldade de acesso à saúde e à educação. Por isso, muitos moradores mudam-se para as comunidades das áreas secas para ficarem mais próximos à cidade de Guajará-Mirim, o que, conseqüentemente, diminui a distância entre eles e as escolas e postos de saúde.

Ao mudarem-se para comunidades de áreas secas, os moradores diminuem as dificuldades de transportes dos produtos extraídos e produzidos, diminuindo assim os custos com fretes. No entanto, diminui também a relação entre o homem e o rio, fato que os deixa muito entristecidos; além de estarem também mais longe dos recursos naturais em maior abundância, como os castanhais e plantações naturais de açaí.

O sentimento de tristeza é notado com clareza naqueles que foram obrigados a deixarem a Reserva para levarem os filhos para a cidade. A falta de contato com a natureza, especialmente, com o rio é sempre motivo de tristeza por parte daqueles

que se afastaram. O fluxo na cidade não oferece a eles a “paz” tão enaltecida na floresta, no rio.

Além das questões que decorrem da ruptura do homem com o ambiente a que estava acostumado, há os problemas provenientes daquilo que é comum à zona urbana: pagar por tudo que consome, afinal, na floresta, até a água é abundante e gratuita. Vale ressaltar que a implementação de políticas públicas eficientes possibilitaria aos moradores o acesso à educação sem que, necessariamente, tivessem que sair de suas comunidades, garantido, assim, a manutenção das práticas socioculturais e econômicas.

Constatou-se que na RESEX Ouro Preto há somente uma escola em funcionamento em 2018, oferecendo apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental, fato que ocasiona a saída dos moradores das comunidades da Reserva. Por isso foi possível concluir que o direito público subjetivo à Educação Básica, conforme previsto no cap. III da Constituição Federal Brasileira de 1988 e nas legislações correlatas, está sendo veemente negado aos moradores da Reserva, e com ele outros inúmeros outros direitos.

A construção dos dados da pesquisa considerou os conflitos e arranjos realizados de maneira geral pela população da RESEX Rio Ouro Preto, a partir dos aspectos etnográficos observados, dos relatos dos moradores durante as entrevistas informais e, sobretudo, a partir dos relatos dos entrevistados que foram citados nessa pesquisa. As pessoas entrevistadas durante a pesquisa tiveram o seguinte comportamento diante da falta de escola: (5) Deixaram os filhos na cidade para estudar; (5) Mudaram para a cidade juntos com os filhos; (3) Os filhos moram na cidade e estudam na cidade e (2) Mudaram-se para a cidade para estudar. Ou seja, estes arranjos são os principais motivos que tem ocasionado a diminuição da população da RESEX.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que, nas últimas décadas, muitas famílias, na tentativa de proporcionar melhores condições de vida para os filhos e, principalmente, para dar a eles a oportunidade de completar ciclo da Educação Básica, criaram alternativas para superar a barreira encontrada dentro da Reserva: a falta de escolas. Observou-se que nenhum dos arranjos se mostrou viável, ao contrário, na maioria das vezes as crianças ficam expostas à violência, confrontos culturais, preconceitos e tem seus direitos negligenciados pelo Estado. Isso tudo

leva os pais a submetem-se a experiências que ferem, sobretudo, a dignidade e a integridade familiar.

Nesse contexto, é possível dizer que os moradores não têm mais a figura do “patrão” como seu algoz. O patrão não é mais o dono do seringal, eles não são mais explorados, são livres para ir e vir. Contudo, agora é o próprio Estado quem os coage, os coíbe e os mantém presos à responsabilidade de zelar pelo patrimônio “público” sem ter acesso a outros bens materiais e culturais, sem sofrerem sanções, visto que vivem em uma terra que não lhes pertence, cujo direito de uso comunal pode ser retirado à medida que queiram ter acesso até mesmo aos seus direitos públicos subjetivos.

Espera-se que os resultados aqui registrados possam suscitar futuras pesquisas a fim de contribuir com a efetividade de projetos educacionais que atendam às necessidades das populações tradicionais que ocupam não só a RESEX Rio Ouro Preto, bem como outras reservas que têm o Direito Público Subjetivo à Educação Básica negado e negligenciado.

Referências

ARROYO, Miguel. Palestra Políticas Públicas para Educação do Campo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IkR4ML8r1F8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

ARRUDA, R. S. V; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 fevereiro de 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ICMBio. Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto. Guajará-Mirim: S/E, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Versao_completa_21_08_2014_com_mapas.pdf>. Acesso em: 10 outubro de 2015.

ICMBio. Portaria nº 152, de 20 de fevereiro de 2013 – Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/Portarian%C2%BA152ICMBio_PURESEXROP.pdf>. Acesso em: 23 abril de 2016. p. 33.

ICMBio. Relatório de Atividade: Atualização do Cadastro de Beneficiários 2011. Guajará-Mirim: S/E, 2011. [não publicado].

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**: uma introdução – elementos para uma análise metodológica. São Paulo: Educ, 1998.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondonia**: anthropologia – ethografia. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; NEVES, Josélia Gomes. Território, Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia. Revista de Educação Pública, [S.l.], v. 27, n. 65/2, p. 635-655, jun. 2018. ISSN 2238-2097. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6887/4458>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo, Desigualdades Sociais e Educacionais. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>>. Acesso em: 02 abril de 2018.

VALIANTE, José Otávio. A sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO). **Dissertação** (Mestrado em Administração – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD). Porto Velho: UNIR, 2008. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/121>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.